

Editorial

Desde a década de 1990, a História da Cultura Escrita – entendida como o estudo das diferentes formas de produção, uso e conservação do universo textual – centra-se na interpretação das práticas sociais de ler e escrever. Nesse aspecto, converteu-se em um campo de investigação singularmente produtivo e dinâmico que pode ser reconhecido como uma das chaves para os estudos que versam sobre a memória escrita, de uma dada sociedade, apresentados em variados suportes.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento de seus objetos de análise e suas abordagens na chave da História do Tempo Presente, o volume 5, número 9 (2013) da Revista Tempo e Argumento (que a partir desta edição passa a utilizar a numeração sequencial em suas publicações) apresenta, inicialmente, um conjunto de seis (6) artigos que se situam entre a reflexão e o debate em torno de uma série de questões teóricas e metodológicas sobre a História da Cultura Escrita que emergem no Tempo Presente e que vêm modificando as bases de nossa experiência no mundo e os parâmetros nos quais nossa sociabilidade é construída. Neste número, apresentamos também ao público leitor uma seção temática bilíngue (francês-português), composta por sete (7) artigos que versam sobre arquivos. Parte desses artigos foram apresentados no evento *Sombres Archives: Journée d'études*, realizado em Toulouse (França), em abril de 2012.

Dessa maneira, é possível refletir, nos dois artigos iniciais, sobre assuntos como o poder de publicações brasileiras que evidenciaram importantes empreendimentos editoriais, suas disputas e seus processos para a organização de coleções, ambas comprometidas com a produção de um novo conhecimento sobre o Brasil. Giselle Martins Venâncio e André Carlos

Furtado estudam a *Coleção Brasileira*, publicada entre os anos de 1956 e 1972. Fábio Franzini analisa a *Coleção Documentos Brasileiros*, publicada entre os anos de 1930 e 1960. As historiadoras e museólogas Carla Rodrigues Gastaud e Cristiéle Santos Souza enunciam seus discursos sobre lugares de produção e publicização de acervos autorreferenciais em um contexto contemporâneo e o fazem através das trajetórias de constituição de dois conjuntos documentais: as cartas de D. Joaquim, bispo de Pelotas (RS), escritas entre os anos de 1915 e 1940, em cotejo com as cartas da baronesa Amélia, escritas entre 1889 e 1918 e depositadas em arquivos pelotenses.

Pensar sobre o processo de constituição de uma historiografia sobre a cultura e a arte marginais, no Piauí, e discutir as maneiras como tais produções se configuram, é o que objetiva o trabalho de Edwar de Alencar Castelo Branco e Fábio Leonardo Castelo Branco Brito, os quais analisam como esta escrita historiográfica piauiense se relaciona com a que é produzida em âmbito nacional. No mesmo movimento, Marilane Machado faz uma análise de dois cadernos de alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), produzidos em 2008 em Florianópolis. Através deles a autora aprofunda interpretações sobre a produção e a materialidade desse material na perspectiva das “escritas ordinárias”, consideradas nas abordagens da cultura escrita como documentos privilegiados para o conhecimento do cotidiano e dos fazeres de pessoas comuns.

Um estudo que pretende contribuir para o conhecimento das relações entre escrita, espaço e paisagem no âmbito do saber histórico é oferecido por Roberg Januário dos Santos e Lucilvana Ferreira Barros. Os autores problematizam a produção da paisagem dos verdes carnaubais da cidade do Assú, localizada no sertão do Rio Grande do Norte, mediante a construção da escrita de escritores e poetas locais sobre esta paisagem.

Na seção Artigos, dois instigantes textos fecham esta primeira parte da Revista com questionamentos que discutem o fazer historiográfico no Tempo Presente. Ainda que não estejam diretamente ligados ao tema da História da Cultura Escrita, abordam temáticas que são por ela transversalizadas. Nesse sentido, Jaqueline Martins Zarbato faz reflexões sobre as experiências de professoras de História e interpreta seus processos de formação, suas implicações e tensões no fazer docente, desde os elementos simbólicos, às escolhas e trajetórias que permitiram o “fazer-se professoras” de História. Já Sheille Soares de Freitas

discute as desigualdades e as pressões que potencializam as práticas dos trabalhadores na sociedade capitalista ao colocar em evidência suas trajetórias no espaço de trabalho na ThyssenKrupp – em Campo Limpo Paulista – (SP), a partir de meados do século XX.

A segunda parte – Seção Temática: Arquivos no tempo e na história – é composta de um dossiê com sete (7) artigos que tematizam os arquivos como instâncias que preservam, notadamente, rastros de memórias traumáticas e oferecem pontos de vista privilegiados sobre a maneira como nossas sociedades tratam dos males passados. Esta seção temática ficou sob a responsabilidade das historiadoras Sylvie Sagnes – Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS - Paris) e Sílvia Maria Fávero Arend – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH-UDESC).

Sylvie Sagnes, pesquisadora do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), abre o dossiê e realça a presença, no arquivo, de relações desarmônicas entre história e memória ao enfatizar que as memórias dominadas e dominantes, vitimárias e heroicas, subjetivas e objetivas, memórias do coração e da razão se opõem e afetam infalivelmente a disciplina histórica.

“Entre memória e história, filiação destruída, trauma, narrativa de vida e paixão por arquivos” é o título do artigo do professor e psicólogo Yoram Mouchenik, cujo teor relata aspectos de uma pesquisa sobre traumas e desaparecimentos, a partir do convívio com um grupo particular de pessoas que foram crianças judias sobreviventes, e que permaneceram escondidas na França durante a Ocupação. Na mesma perspectiva, o professor Patrice Marcilloux expõe como a abertura ao público dos arquivos da segunda guerra mundial, nos anos 1990, constituiu um episódio marcante e por vezes conflituoso da história recente dos arquivos na França, notadamente entre a comunidade judaica, e argumenta sobre as transformações profundas nas lógicas de uso do documento de arquivos.

Arquivos pessoais do historiador Philippe Ariès e do advogado e político francês Gaston Bergery são tratados pelos professores e pesquisadores Guillaume Gros e Yves Pourcher, respectivamente. Através da análise de variados documentos como cartas, artigos e outros documentos pessoais e públicos, buscou-se traçar a trajetória destes indivíduos analisando-se, sobremaneira, a constituição de seus arquivos, como veículos para

a construção de memórias, sem esquecer as tensões constantemente presentes nessas operações escriturísticas.

Duas historiadoras brasileiras, Janice Gonçalves e Cristina Scheibe Wolff, apresentam os resultados de seus investimentos de pesquisa. Janice Gonçalves, historiadora e pesquisadora da área patrimonial, discute aspectos históricos que envolvem o acesso à documentação arquivística de caráter público, sua utilização para a produção de conhecimento histórico e sua relevância para o exercício da cidadania e a consolidação de práticas democráticas. Sob o sugestivo título “A recusa do segredo: exercício de direitos e acesso a documentos públicos” a autora aborda o debate arquivístico acerca da avaliação de documentos de arquivo e sua relação com o tema do acesso aos próprios arquivos. Cristina Scheibe Wolff apresenta uma reflexão sobre os arquivos que guardam acervos sobre as ditaduras nos países do Cone Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), para mostrar como se podem encontrar perspectivas de gênero em acervos que originalmente tiveram como principal propósito a repressão aos movimentos políticos de resistência às ditaduras, mas que não problematizaram especialmente as questões de gênero.

O livro do historiador José Carlos dos Reis sobre o desafio de se escrever a História é, finalmente, resenhado por Vicentônio Regis do Nascimento Silva e se constitui em uma contribuição para ampliar o debate no campo da Historiografia.

As análises aqui apresentadas se prestam a múltiplas interpretações, mas, seja no âmbito dos estudos de cultura escrita, seja no âmbito dos arquivos, há sempre na produção de um impresso desta natureza um desejo recôndito de leitura que aponta para esta espécie de autoria às avessas, tão anônimo quanto criativo, tão impalpável quanto necessário para produzir sentidos: o leitor! a leitora!

Maria Teresa Santos Cunha e Luciana Rossato

Editoras-Chefe